



Simulado Final **TRT GO**

Técnico Judiciário
Área Administrativa

Pós-Edital

Gabarito

Simulado Final TRT GO – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós-Edital

01	E	21	C	41	D
02	D	22	E	42	C
03	B	23	C	43	A
04	E	24	B	44	A
05	D	25	E	45	A
06	A	26	B	46	A
07	D	27	C	47	E
08	B	28	C	48	D
09	C	29	C	49	C
10	C	30	C	50	E
11	D	31	C	51	C
12	C	32	D	52	D
13	B	33	D	53	D
14	C	34	E	54	E
15	B	35	E	55	C
16	E	36	A	56	E
17	B	37	B	57	B
18	D	38	A	58	D
19	C	39	E	59	C
20	B	40	C	60	D

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<https://bit.ly/Ranking-TRT-GO-Tecnico-15-01>

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I****A formação da cidadania**

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (....)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos –, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que

levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

Gabarito: E

Comentário:

Letra A: o texto apenas cita que a manifestação individual pode abranger o âmbito coletivo, dando como exemplo a eleição de representantes na política. Isso não é o tema central do texto.

Letra B: o texto apenas cita, no 4º parágrafo, o papel da escola no equilíbrio do pensar e do agir. Novamente, é apenas uma citação, e não o assunto principal tratado no texto.

Letra C: o texto não expõe essa necessidade, apenas disserta sobre o fato de a reflexão anteceder a ação, por mais limitada que essa reflexão possa ser.

Letra D: apenas na conclusão o desejo de formação do cidadão consciente é manifestado pelo autor, como um objetivo a ser alcançado; não sendo esse o eixo central do texto.

Letra E: normalmente, conseguimos identificar a temática de um texto observando o parágrafo introdutório e a conclusão. No primeiro parágrafo, o autor fala sobre o mecanismo básico de manifestação individual: o pensar e o agir; percorre todo o texto dissertando sobre os processos envolvidos nessa manifestação e a necessidade de equilíbrio; e encerra falando sobre a desejável manifestação autônoma e consciente. Portanto, essa é a temática central desse texto.

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

Gabarito: D

Comentário:

Letra A: incorreto. As ações devem ser balizadas também por fatores externos, que ultrapassam o indivíduo: "equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas" (4º parágrafo).

Letra B: incorreto. O 2º parágrafo afirma que as ações não são arbitrárias e que a toda ação precede a reflexão: "há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos" (2º parágrafo).

Letra C: incorreto. Ir "de encontro" é ir contra. No entanto, essas duas ideias (autonomia e consciência) andam juntas de acordo com o texto: "é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes" (5º parágrafo).

Letra D: correto. É exatamente isso que diz o 4º parágrafo; o mecanismo mental é essa reflexão e o equilíbrio para tomada de decisão e atitude: "A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível" (4º parágrafo).

Letra E: O texto não fala em exclusividade, até porque o contexto externo exerce certa influência:

"o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir" (1º parágrafo) / "as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam" (3º parágrafo).

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

Gabarito: B

Comentário: "Ao seu redor" e "dentro dele" formam uma oposição, entre o que é externo e o que é interno. Logo, esse "e" não é aditivo, e sim adversativo. A única alternativa que traz um conectivo adversativo é a letra B: "mas".

A: concessivo.

C: conclusivo.

D: aditivo.

E: explicativo/causal.

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão

d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão

e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

Gabarito: E

Comentário: Questão de regência com pronomes relativos.

Letra A: "ter" é transitivo direto. O correto seria "conhecimentos que ele tem", sem a preposição "de".

Letra B: "cujo" traz ideia de posse, o que não cabe no contexto.

Letra C: "dispor" como verbo transitivo direto (sem reger a preposição "de") traz um outro sentido (dispor (VTD) = "fazer com que seja colocado em uma ordem determinada; ordenar").

Letra D: "utilizar" é transitivo direto. Portanto, não deveria haver a preposição "de" antes do pronome "que". Além disso, haveria alteração de sentido.

Letra E: a regência está correta ("possuir" é transitivo direto) e há a manutenção do sentido original.

05. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em "Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui" com o mesmo comportamento morfossintático.

a) "É fácil de constatar que as ideias..." (3º parágrafo)

b) "conseguir que cada indivíduo se torne autônomo" (5º parágrafo)

c) "quanto as que terão consequências coletivas" (2º parágrafo).

d) É o caminho que devemos construir (5º parágrafo)

e) "...preocupações que atormentam o homem..." (3º parágrafo)

Gabarito: D

Comentário: Em questões como essa, precisamos inicialmente identificar o comportamento morfossintático do "que" ao qual o enunciado se refere.

Esse "que" é um pronome relativo que exerce a função sintática de objeto direto da forma verbal "possui". É essa mesma configuração que devemos buscar nas alternativas.

Letra A: fácil de constatar ISSO; "que" = conjunção integrante.

Letra B: conseguir ISSO; "que" = conjunção integrante.

Letra C: "que" retoma "decisões" (que está elíptico), funcionando como sujeito da forma verbal "terão".

Letra D: "que" retoma caminho, funcionando como objeto direto de "devemos construir".

Letra E: "que" retoma "preocupações", funcionando como sujeito da forma verbal "atormentam".

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10%

mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

06. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

Gabarito: A

Comentário: No 5º parágrafo, o conectivo "apesar de" introduz uma ideia de concessão. Estruturalmente, o trecho "a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual" estabelece uma quebra de expectativa em relação ao que se afirma em "*Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza*".

07. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

Gabarito: D

Comentário: O pronome demonstrativo "este" atua como um elemento de coesão anafórico,

resgatando uma informação dada anteriormente no texto. Esse elemento retoma "décimo segundo plano quinquenal".

08. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

Gabarito: B

Comentário: O 6º parágrafo traz dados estatísticos que reafirmam/comprovam o que se afirma no 5º parágrafo.

09. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

Gabarito: C

Comentário:

Letra A: o sentido é de concessão.

Letra B: "da pobreza" é objeto indireto da locução "ter tirado".

Letra C: exatamente! O sujeito de "ter tirado" é "o elevado crescimento das últimas três décadas". Sujeito é uma função sintática que não aceita ser regida de preposição. Para a correção, é necessário

desfazer a junção da preposição com o artigo. O correto seria: *Apesar de o elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]*".

Letra D: "de pessoas" é adjunto adnominal.

Letra E: há erro gramatical: o sujeito regido por preposição.

10. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

Gabarito: C

Comentário: As aspas foram utilizadas para introduzir afirmações que não pertencem ao autor do texto, ou seja, para demarcar trechos de discurso direto. Como podemos observar, após alguns trechos entre aspas, o autor menciona a quem a afirmação pertence: "diz o comunicado..." / "afirmou Yang Weiming".

11. A frase em que o emprego e a colocação do pronome oblíquo obedecem aos ditames da norma-padrão é:

- a) A proposta de reforma precisa passar por modificações para que parlamentares **lhe** aprovem.
- b) Houve resistência à criação de um novo imposto. É necessário esclarecer as razões que justifique-o.
- c) A reforma beneficia principalmente as empresas. A nova proposta visa desonerar elas ao pagarem salários.
- d) Foi apresentado um novo imposto nos moldes da antiga CPMF. No entanto, parlamentares não o aprovaram.
- e) Não pode-se prever quando haverá uma reforma tributária consolidada. O ministro ainda precisa fazer inúmeras articulações políticas.

Gabarito: D

Comentário:

A - Incorreta. O verbo aprovar é transitivo direto, portanto, o pronome oblíquo utilizado não poderia ser **lhe**, que exerce a função de objeto indireto. O correto seria "A proposta de reforma precisa passar por modificações para que parlamentares a aprovem".

B - Incorreta. O pronome relativo **que** é palavra atrativa. Logo, o correto seria "É necessário esclarecer as razões que o justifique".

C - Incorreta. O pronome pessoal **elas** foi usado no lugar de um pronome oblíquo. Em posição de objeto, considerando que o verbo **desonerar** é transitivo direto, o correto seria "A nova proposta visa desonerá-las ao pagarem salários".

D - Correta. O pronome oblíquo **o** está antes do verbo (em próclise) porque "não" é uma palavra atratora. Além disso, esse pronome foi corretamente empregado por exercer a função de objeto direto do verbo **aprovaram**. Lembrando que **lhe/lhes** é empregado quando ocupa a função de objeto indireto.

E - Incorreta. A palavra negativa "não" é atratora. Desse modo, o correto seria "Não se pode prever quando haverá...".

12. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era dificultoso ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

Gabarito: C

Comentário:

A - Não ocorre crase antes de verbo.

B - Não ocorre crase antes de termos indefinidos.

C - Em meio A (preposição) + A (artigo) sociedade = em meio à sociedade. Crase obrigatória.

D - Nesse caso, temos apenas a presença da preposição exigida pela expressão "em relação", logo não ocorre crase. Se tivéssemos a presença de artigo, esse artigo deveria estar no plural concordando com "doenças": em relação A + AS doenças = em relação às doenças.

E - Não ocorre crase antes de pronome oblíquo.

13. Assinale a alternativa cuja frase apresenta linguagem com sentido figurado.

a) A mãe repreendeu o filho **com serenidade**.

b) Na hora da prova, aquele grupo **saiu pela tangente**.

c) A **luz amarelada** dos postes iluminava as ruas vazias.

d) Todo profissional tem alguma **vaidade**.

e) Além dos jovens, os idosos também podem **se apaixonar**.

Gabarito: B

Comentário: Sentido figurado diz respeito ao novo sentido adquirido por uma palavra ou expressão a depender do contexto em que foi utilizada; sentido diferente daquele que está no dicionário.

Os trechos destacados nas alternativas A, C, D e E foram empregados em sentido próprio, isto é, em sentido literal/denotativo.

Apenas na letra B temos sentido figurado/conotativo: sair pela tangente = esquivar-se.

14. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Choveu o dia inteiro e a temperatura não caiu.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

a) adição e adição

b) comparação e adição

c) adição e oposição

d) comparação e oposição

e) comparação e concessão.

Gabarito: C**Comentário:**

No item I, em que o "tanto" aparece antes do elemento ao qual se refere, temos um valor aditivo, e não comparativo. É equivalente a "João gosta de estudar E de trabalhar".

Se a construção fosse "João gosta tanto de estudar quanto gosta de trabalhar", teríamos um valor comparativo.

No item II, a conjunção E une ideias opostas, portanto o valor é de oposição: "Choveu o dia inteiro, MAS a temperatura não caiu."

15. A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

a) — Lá vem o trem! — exclamou o funcionário.

b) Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.

c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.

d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.

e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

Gabarito: B**Comentário:**

A - Incorreta. Discurso direto: reprodução fiel do discurso de alguém, com presença, nesse caso, de travessão.

B - Correta. O trecho "venham todos dançar" caracteriza o discurso indireto livre (discurso de

outrem misturado à narração, sem qualquer marcação gráfica — aspas, travessão, dois-pontos).

C - Incorreta. Discurso indireto: reprodução de um discurso de outrem com suas próprias palavras.

D - Incorreta. Discurso indireto: reprodução de um discurso de outrem com suas próprias palavras

E - Incorreta. Discurso direto: reprodução fiel do discurso de alguém, com presença, nesse caso, de travessão.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

16. Considere a sentença:

“Se Joaquim é esforçado, então Ricardo não toma café”.

É correto concluir que

a) “Joaquim é esforçado ou Ricardo não toma café”.

b) “Joaquim é esforçado e Ricardo não toma café”.

c) “Se Joaquim não é esforçado, então Ricardo toma café”.

d) “Se Ricardo não toma café, então Joaquim é esforçado”.

e) “Se Ricardo toma café, então Joaquim não é esforçado”.

Gabarito: E

Comentário: Sejam as proposições simples:

j: “Joaquim é esforçado.”

r: “Ricardo toma café.”

A proposição original pode ser descrita por $j \rightarrow \sim r$:

$j \rightarrow \sim r$: “Se [Joaquim é esforçado], então [Ricardo não toma café].”

As alternativas apresentam tanto condicionais (\rightarrow) quanto uma disjunção inclusiva (“ou”, \vee) como equivalentes. Devemos, portanto, testar as duas equivalências fundamentais que envolvem a condicional:

- $p \rightarrow q \equiv \sim q \rightarrow \sim p$ (contrapositiva)

- $p \rightarrow q \equiv \sim p \vee q$ (transformação da condicional em disjunção inclusiva)

Para aplicar a primeira equivalência, devemos realizar o seguinte procedimento:

- **Invertem-se as posições do antecedente e do consequente; e**

- **Negam-se ambos os termos da condicional.**

Para o caso em questão, temos:

$j \rightarrow \sim r \equiv \sim(\sim r) \rightarrow \sim j$

A dupla negação de uma proposição corresponde à proposição original. Ficamos com:

$j \rightarrow \sim r \equiv r \rightarrow \sim j$

A proposição equivalente pode ser escrita por:

$r \rightarrow \sim j$: “Se [Ricardo toma café], então [Joaquim não é esforçado].”

O gabarito, portanto, é a **alternativa E**.

Para fins didáticos, vamos utilizar a segunda equivalência. Para aplicar essa equivalência, devemos realizar o seguinte procedimento:

- **Nega-se o primeiro termo;**

- **Troca-se a condicional (\rightarrow) pela disjunção inclusiva (\vee); e**

- **Mantém-se o segundo termo.**

Para o caso em questão, temos:

$j \rightarrow \sim r \equiv \sim j \vee \sim r$

A proposição equivalente pode ser descrita por:

$\sim j \vee \sim r$: “[Joaquim não é esforçado] ou [Ricardo não toma café].”

Veja que essa equivalência não aparece nas alternativas.

17. Se Raiana for promovida, então Amarildo não será substituído. Se Cássia se aposentar, então Diógenes não perderá o seu cargo. Se Diógenes não perder seu cargo, então Amarildo será substituído. Sabe-se que Cássia se aposentou.

A partir dessas informações é correto concluir que

- a) Amarildo não será substituído ou Raiana será promovida.
- b) Raiana não foi promovida ou Cássia não se aposentou.
- c) Diógenes perdeu seu cargo e Amarildo não será substituído.
- d) Se Diógenes não perder seu cargo, então Cássia não irá se aposentar.
- e) Raiana foi promovida e Diógenes não perdeu seu cargo.

Gabarito: B

Comentário: A questão apresenta um conjunto de afirmações no enunciado e pergunta por uma consequência verdadeira resultante dessas afirmações.

Etapa 1: identificar as afirmações que se apresentam em algum dos "formatos fáceis"

Note que temos uma **proposição simples** verdadeira em "Cássia se aposentou". É **essa afirmação que devemos atacar primeiro.**

Etapa 2: desconsiderar o contexto

Considere as proposições simples:

r: "Raiana será promovida."

a: "Amarildo será substituído."

c: "Cássia se aposentou."

d: "Diógenes perdeu o seu cargo."

As afirmações podem ser descritas por:

Afirmção I: $r \rightarrow \sim a$ (V)

Afirmção II: $c \rightarrow \sim d$ (V)

Afirmção III: $\sim d \rightarrow a$ (V)

Afirmção IV: c (V)

Etapa 3: obter os valores lógicos das proposições simples

Como a **afirmação IV** é verdadeira, temos que c é V.

A **afirmação II** é uma condicional verdadeira e, portanto, não podemos recair no caso $V \rightarrow F$. Como o antecedente **c** é verdadeiro, o consequente $\sim d$ deve ser verdadeiro. Portanto, d é F.

A **afirmação III** é uma condicional verdadeira e, portanto, não podemos recair no caso $V \rightarrow F$. Como o antecedente $\sim d$ é verdadeiro, o consequente **a** deve ser verdadeiro. Portanto, a é V.

A **afirmação I** é uma condicional verdadeira e, portanto, não podemos recair no caso $V \rightarrow F$. Como o consequente $\sim a$ é falso, o antecedente **r** deve ser falso. Portanto, r é F.

Etapa 4: verificar a resposta que apresenta uma proposição verdadeira

a) $\sim a \vee r$ – disjunção inclusiva falsa, pois ambos os seus termos são falsos.

b) $\sim r \vee \sim c$ – disjunção inclusiva verdadeira, pois um de seus termos, $\sim r$, é verdadeiro. **Esse é o gabarito.**

c) $d \wedge \sim a$ – conjunção falsa, pois ambos os termos, **d** e $\sim a$, são falsos.

d) $\sim d \rightarrow \sim c$ – condicional falsa, pois trata-se do condicional $V \rightarrow F$.

e) $r \wedge \sim d$ – conjunção falsa, pois um dos seus termos, **r**, é falso.

18. Tem-se a sequência de números naturais X : 12, 9, 24, 27, 48, 81, 96, 243, 192, 729,...

O décimo primeiro termo dessa sequência é igual a:

a) 486

b) 576.

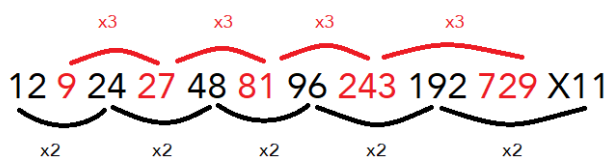
c) 2187.

d) 384.

e) 1458.

Gabarito: D

Comentário: O exercício pede o termo X_{11} da sequência dada. Para conseguir encontrar o seu valor, é necessário determinar o padrão da sequência. Observe que existem duas progressões geométricas dentro dessa sequência principal.



Veja que os números destacados em vermelho formam uma progressão geométrica de razão 3. Além disso, os termos que formam essa sequência sempre pulam um termo da sequência principal. A progressão geométrica em preto é formada com os demais termos que não estão destacados e possui razão 2.

Para encontrarmos o termo X_{11} basta seguir o padrão e fazer:

$$X_{11} = 2X_9$$

$$X_{11} = 2 \times 192 = 384$$

Logo, o **gabarito** é a **letra D**.

19. Após uma consulta com o seu médico de confiança, Márcia iniciou um tratamento que consiste em tomar um comprimido dia sim, dia não. Ela precisava tomar todos os comprimidos de uma embalagem que continha 60 comprimidos.

Se ela tomou o primeiro comprimido em um sábado, então ela tomou o último comprimido em

- a) uma quarta-feira.
- b) uma quinta-feira.
- c) uma sexta-feira.
- d) um sábado.
- e) um domingo.

Gabarito: C

Comentário: Temos aqui um problema clássico envolvendo dias da semana em que o "*dia da semana da data inicial é dado*". A data inicial, nesse caso, é um sábado.

Para resolver esse tipo de problema, devemos seguir os seguintes passos:

- Identificar o **intervalo exclusive**;
- Dividir o **intervalo exclusive** por 7 e obter o **resto**;

- Obter o dia da semana da **data final somando** o resto ao dia da semana da **data inicial**.

Identificar o intervalo exclusive

Note que **Márcia tomou um comprimido no sábado. Restam 59 comprimidos** para serem tomados.

Quanto a esses 59 comprimidos, temos a seguinte contagem de dias:

- No **primeiro dia** após o sábado inicial, **não** se toma comprimido;
- No **segundo dia** após o sábado inicial, **toma-se o primeiro comprimido dos 59 restantes**;
- No **terceiro dia** após o sábado inicial, **não** se toma comprimido;
- No **quarto dia** após o sábado inicial, **toma-se o segundo comprimido dos 59 restantes**;
- Etc.

Note, portanto, que Márcia tomará os outros 59 comprimidos **após 118 dias**:

$$2 \times 59 = 118 \text{ dias}$$

Portanto, **118 é o intervalo exclusive**, pois é o número de dias que se deve **somar** à **data inicial** para se obter a **data final**.

Dividir o intervalo exclusive por 7 e obter o resto

118 dividido por 7 nos dá quociente 16 e **resto 6**.

Obter o dia da semana da data final somando o resto ao dia da semana da data inicial

Ao **somarmos** 6 dias ao sábado, obtemos uma **sexta-feira**.

20. Tem-se uma viga de madeira com comprimento de 288 cm e uma viga de aço com comprimento de 336 cm. Pretende-se cortar esses materiais em pedaços, todos com o mesmo comprimento, sendo este o maior possível, de modo a utilizar totalmente esses materiais, sem desperdiçá-los. Nesse caso, o número total de pedaços de madeira e de aço que será possível obter é

- a) 12
- b) 13

- c) 16
d) 24
e) 26

Gabarito: B

Comentário: Suponha que o **comprimento dos pedaços seja x centímetros**.

Como não deve haver desperdício dos materiais, x deve ser **divisor, ao mesmo tempo**, de **288 cm** e de **336 cm**. Além disso, como o comprimento x deve ser o **maior possível**, x é o **máximo divisor comum (MDC)** de **288 e 336**.

Primeiramente, devemos decompor 288 e 336 em fatores primos.

$$\begin{aligned} 288 &= 2 \times 144 \\ &= 2 \times 12 \times 12 \\ &= 2 \times (3 \times 4) \times (3 \times 4) \\ &= 2 \times (3 \times 2^2) \times (3 \times 2^2) \\ &= 2^5 \times 3^2 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} 336 &= 3 \times 112 \\ &= 3 \times 2 \times 56 \\ &= 3 \times 2 \times 2 \times 28 \\ &= 3 \times 2 \times 2 \times 2 \times 14 \\ &= 3 \times 2 \times 2 \times 2 \times 2 \times 7 \\ &= 2^4 \times 3 \times 7 \end{aligned}$$

Devemos selecionar os fatores primos **comuns** com os **menores expoentes** e realizar o produto.

$$228 = 2^5 \times 3^2$$

$$336 = 2^4 \times 3 \times 7$$

Logo, $\text{MDC}(288; 336) = 2^4 \times 3 = 48$.

Agora sabemos que $x = 48$, isto é, **cada pedaço tem 48 cm**. Nesse caso, o **número total de pedaços de madeira e de aço que será possível obter é:**

$$\begin{aligned} \frac{288}{48} + \frac{336}{48} \\ &= 6 + 7 \\ &= 13 \end{aligned}$$

O **gabarito**, portanto, é **letra B**.

21. Um reservatório apresenta 1.000.000 litros de água. Devido a um vazamento, a cada dia, $\frac{1}{25}$ da quantidade de água existente no reservatório no início do dia é perdido. Se nenhuma água adicional é retirada ou colocada no reservatório, ao fim de três dias, o volume de água no reservatório será de

- a) 921.600 litros.
b) 894.674 litros.
c) 884.736 litros.
d) 880.000 litros.
e) 876.325 litros.

Gabarito: C

Comentário: Inicialmente, temos um total de 1.000.000 de litros de água.

Primeiro dia

No **primeiro dia**, $\frac{1}{25}$ de **1.000.000** litros foi perdido.

$$\begin{aligned} \text{Quantidade perdida} &= \frac{1}{25} \times 1.000.000 \text{ l} \\ &= 40.000 \text{ l} \end{aligned}$$

Logo, o volume de água que restou após o primeiro dia é:

$$1.000.000 \text{ l} - 40.000 \text{ l} = 960.000 \text{ l}$$

Segundo dia

No **segundo dia**, $\frac{1}{25}$ de **960.000** litros foi perdido.

$$\begin{aligned} \text{Quantidade perdida} &= \frac{1}{25} \times 960.000 \text{ l} \\ &= 38.400 \text{ l} \end{aligned}$$

Logo, o volume de água que restou após o segundo dia é:

$$960.000 \text{ l} - 38.400 \text{ l} = 921.600 \text{ l}$$

Terceiro dia

No **terceiro dia**, $\frac{1}{25}$ de **921.600** litros foi perdido.

$$\begin{aligned} \text{Quantidade perdida} &= \frac{1}{25} \times 921.600 \text{ l} \\ &= 36.864 \text{ l} \end{aligned}$$

Logo, o volume de água que restou após o terceiro dia é:

$$921.600 \text{ l} - 36.864 \text{ l} = 884.736 \text{ l}$$

Portanto, **restaram 884.736 litros ao fim de três dias.**

22. Três amigos, João, Leonardo e Marcos, realizaram um bolão e ganharam na loteria uma premiação de R\$ 80.000,00. Desse total, 15% do valor foi retido para pagamento de impostos, e o restante foi dividido entre os três em partes diretamente proporcionais ao número de tíquetes com que cada um contribuiu para realizar o bolão. Sabendo-se que João contribuiu com 2 tíquetes, Leonardo contribuiu com 3 e Marcos contribuiu com 5, o valor líquido recebido por Leonardo é:

- a) R\$ 6.800,00
- b) R\$ 10.400,00
- c) R\$ 13.600,00
- d) R\$ 15.600,00
- e) R\$ 20.400,00

Gabarito: E

Comentário: O valor total da premiação foi de R\$ 80.000, sendo 15% desse valor retido para pagamento de impostos.

O valor pago em impostos foi de:

$$\begin{aligned} & 15\% \text{ de } 80.000 \\ &= \frac{15}{100} \times 80.000 \\ &= 0,15 \times 80.000 \\ &= 12.000 \end{aligned}$$

Portanto, o valor líquido que restou para ser repartido entre os três amigos foi de:

$$\begin{aligned} & 80.000 - 12.000 \\ &= 68.000 \end{aligned}$$

Note que esse valor deve ser dividido em partes proporcionais a 2, 3 e 5. Logo, podemos dividir 68.000 em $2 + 3 + 5 = 10$ partes, de modo que cada parte corresponde a:

$$\frac{68.000}{10} = 6.800$$

O valor que compete a Leonardo corresponde a três dessas 10 partes de 6.800, pois ele contribuiu com

3 tíquetes. Logo, o valor líquido recebido por Leonardo é:

$$3 \times 6.800 = 20.400$$

O **gabarito**, portanto, é **letra E**.

Podemos realizar a divisão em partes proporcionais de um modo mais formal. Essa formalidade costuma ser importante para exercícios mais complexos.

Considere que os valores recebidos por João, Leonardo e Marcos são, respectivamente, j , l e m . Esses valores são diretamente proporcionais a 2, 3 e 5. Logo, sendo k uma constante de proporcionalidade, temos:

$$\frac{j}{2} = \frac{l}{3} = \frac{m}{5} = k$$

A soma dos valores recebidos pelos três amigos é de 68.000. Logo, $j + l + m = 68.000$.

Utilizando a "**propriedade fundamental da soma**" na proporção $\frac{j}{2} = \frac{l}{3} = \frac{m}{5}$, temos:

$$\begin{aligned} \frac{j}{2} &= \frac{l}{3} = \frac{m}{5} = \frac{j + l + m}{2 + 3 + 5} \\ \frac{j}{2} &= \frac{l}{3} = \frac{m}{5} = \frac{68.000}{10} \\ \frac{j}{2} &= \frac{l}{3} = \frac{m}{5} = 6.800 \end{aligned}$$

Logo, valor líquido recebido por Leonardo é:

$$\begin{aligned} \frac{l}{3} &= 6.800 \\ l &= 3 \times 6.800 \\ l &= 20.400 \end{aligned}$$

Novamente, obtemos que o **gabarito** é **letra E**.

23. Nos quatro primeiros dias úteis da semana, um servidor do TRT18 do setor de atendimento ao público atendeu 38, 29, 33 e 41 pessoas. No quinto dia útil dessa semana, o servidor atendeu n pessoas. Se a média do número de pessoas atendidas por esse servidor na semana foi 36, a mediana foi:

- a) 33

- b) 36
c) 38
d) 39
e) 41

Gabarito: C

Comentário: Para obter a média, basta somar as 5 observações e dividir por 5:

$$\text{Média} = \frac{38 + 29 + 33 + 41 + n}{5}$$

$$36 = \frac{38 + 29 + 33 + 41 + n}{5}$$

$$36 \times 5 = 38 + 29 + 33 + 41 + n$$

$$180 = 141 + n$$

$$n = 180 - 141$$

$$n = 39$$

Em ordem crescente, temos os seguintes valores das observações:

29, 33, **38**, 39, 41

A mediana é o termo do meio. Portanto, a mediana é 38.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

24. De acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, NÃO é requisito básico para investidura em cargo público:

- a) gozo dos direitos políticos.
b) idade mínima de 21 anos.
c) aptidão física e mental.
d) a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
e) a nacionalidade brasileira.

Gabarito: B

Comentário: “Lei 8.112/90 - Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
II - o gozo dos direitos políticos;
III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V - a idade mínima de dezoito anos;
VI - aptidão física e mental.”

25. De acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
b) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
c) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
d) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.
e) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

Gabarito: E

Comentário: A - “Lei 8.112/90 - Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.”

B - “Lei 8.112/90 - Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.”

C - “Lei 8.112/90 - Art. 3º, Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.”

D - “Lei 8.112/90 - Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.”

E - “Lei 8.112/90 - Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.”

26. De acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, NÃO constitui forma de provimento do cargo público.

- a) o aproveitamento.
- b) o concurso.
- c) a reversão.
- d) a readaptação.
- e) a recondução.

Gabarito: B

Comentário: “Lei 8.112/90 - Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução.”

27. De acordo com a Lei 8.112/90, o prazo para posse e exercícios do servidor é de:

- a) 30 e 30 dias, respectivamente.
- b) 15 e 15 dias, respectivamente.
- c) 30 e 15 dias, respectivamente.
- d) 30 e 20 dias, respectivamente.
- e) 15 e 20 dias, respectivamente.

Gabarito: C

Comentário: “Lei 8.112/90 - Art. 13, § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

Art. 15, § 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

28. De acordo com a Lei 8.112/90, NÃO constitui pena disciplinar a ser aplicada aos servidores.

- a) destituição de função comissionada.
- b) destituição de cargo em comissão.
- c) repreensão.
- d) suspensão.
- e) advertência.

Gabarito: C

Comentário: “Lei 8.112/90 - Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função comissionada.”

29. De acordo com o Regimento Interno do TRT GO, NÃO constitui órgão do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região:

- a) a Escola Judicial.
- b) a Ouvidoria.
- c) o Órgão Especial.
- d) o Tribunal Pleno.
- e) a Corregedoria Regional.

Gabarito: C

Comentário: “RI TRT/GO - Art. 3º São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região:

- I – o Tribunal Pleno;
- II – as Turmas;

III – a Presidência;
IV – a Vice-Presidência;
V – a Corregedoria Regional;
VI – os Desembargadores do Trabalho;
VII – a Escola Judicial;
VIII – a Ouvidoria.”

30. De acordo com o Regimento Interno do TRT GO, as Turmas do Tribunal serão compostas:

- a) por 03 Desembargadores do Trabalho.
- b) por 05 Desembargadores do Trabalho.
- c) por 04 Desembargadores do Trabalho.
- d) por 10 Desembargadores do Trabalho.
- e) por 08 Desembargadores do Trabalho.

Gabarito: C

Comentário: “RI TRT/GO - Art. 15. As Turmas do Tribunal, em número de três, compor-se-ão de quatro Desembargadores cada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Nelson, empresário renomado do interior do Rio de Janeiro, obteve do poder público licença para funcionamento de um hotel em Arraial do Cabo. Um ano após o início das atividades de seu estabelecimento, Nelson trocou a finalidade do empreendimento, que passou a ser um bar com show ao vivo e, ainda, alugava uma sala para que um conhecido tatuador local recebesse clientes. O empresário Nelson não fez qualquer tipo de comunicação ou ciência dessa troca ao poder público.

No caso fictício em tela, Nelson, por sua culpa, descumpriu os requisitos do ato de sua concessão. Portanto, ocorrerá a extinção do ato administrativo de licença por meio da:

- a) extinção objetiva.

- b) contraposição.
- c) cassação.
- d) extinção natural.
- e) caducidade.

Gabarito: C

Comentário:

a) Esta não é a alternativa correta, pois a extinção objetiva **ocorre em virtude do desaparecimento do próprio objeto do ato**. Exemplo: se o particular possuía permissão para instalar uma banca de revista em uma praça, mas, posteriormente, a praça foi destruída para a construção de uma escola, o ato de permissão consequentemente será extinto. Assim, ao analisarmos o conceito da extinção objetiva, chegamos à conclusão que a alternativa não se enquadra para a situação em tela. **Assertiva incorreta.**

b) O conceito de contraposição nos diz que ela **ocorre porque foi emitido ato com fundamento em competência diversa que gerou o ato anterior**, mas cujos efeitos são contrapostos aos daqueles. É o caso da exoneração de servidor, que tem efeitos contrapostos ao da nomeação. Ou seja, não existe conexão entre a contraposição com o caso exposto no enunciado. **Assertiva incorreta.**

c) A alternativa está correta, visto que a cassação é o **desfazimento de um ato válido em virtude do seu destinatário ter descumprido os requisitos necessários para a sua manutenção em vigor**. Nesse caso, deve ficar bem claro que **o particular, destinatário do ato, é o único responsável pela sua extinção**. Dessa maneira, ao sabermos a concepção da cassação não resta dúvida que é o ato indicado. **Assertiva correta.**

d) Alternativa equivocada, pelo fato de que a extinção natural **ocorre após o transcurso normal do prazo inicialmente fixado para a produção dos efeitos do ato**. Exemplo: se foi concedida licença-paternidade a um servidor, o ato será extinto naturalmente depois de 05 (cinco) dias (que é o prazo legal de gozo da licença). Isto é, o conceito da

extinção natural não condiz com o caso. **Assertiva incorreta.**

- e) Alternativa errônea, pois a caducidade ocorre quando **a edição de lei superveniente** à edição do ato administrativo **impede a continuidade de seus efeitos jurídicos**. A professora Maria Sylvia Zanella di Pietro cita como exemplo o caso de um parque de diversões que possuía permissão para funcionar em uma região da cidade, mas que, em razão de nova lei de zoneamento, tornou-se incompatível. Neste caso, o ato anterior que permitia o funcionamento do parque naquela região (hoje proibida por lei) deverá ser extinto, pois ocorrerá a caducidade. Portanto, entendemos que a caducidade não está em conformidade com o caso fictício. **Assertiva incorreta.**

- 32.** O Estado de Fabianolândia pretende realizar contratação da empresa X para promover o treinamento de seu pessoal. O valor estimado da contratação é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a empresa X possui notória especialização na área de treinamento e aperfeiçoamento, com trabalho reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a contratação:

- a) deve ser precedida de licitação na modalidade pregão;
- b) pode ocorrer mediante dispensa de licitação;
- c) deve ser precedida de licitação na modalidade diálogo competitivo;
- d) pode ocorrer mediante inexigibilidade de licitação;
- e) é vedada por expressa previsão legal.

Gabarito: D

Comentário: Nos termos do art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/21, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a

inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

É importante lembrar que, por força do art. 6º, XIX, notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

- 33.** Andressa, vereadora na capital de Goiânia-GO, após cobrar longamente o Governo do Estado, conseguiu o orçamento necessário para a construção de uma Escola Municipal Infantil, na Zona Noroeste da cidade. As mães da região carente, em sua maioria solteiras, demandavam a edificação da Escola fazia anos, visto que não tinham condições financeiras para matricularem seus filhos em colégios particulares.

Na inauguração da Escola, a Vereadora reuniu as mães e a mídia local, a fim de comemorar a realização. Nas filmagens registradas para as redes sociais, foi captado, ao lado do prédio escolar, um enorme outdoor com a foto, em grandes dimensões, da Vereadora sorrindo e fazendo o número do seu partido político com os dedos, além de estar tocando o jingle usado da sua última campanha municipal. Também foi possível enxergar um texto alegando que, tanto a Escola como o outdoor foram feitos com dinheiro público do erário.

No caso fictício em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, Andressa:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa;
- b) Praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, dentre outras penas, a perda da função pública;

- c) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Andressa construiu a Escola seguindo as diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- d) Praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da sua remuneração;
- e) Praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos;

Gabarito: D

Comentário:

- a) A alternativa está equivocada, pois Andressa praticou sim ato de improbidade contra os princípios da administração pública, violando o inciso XII do Art. 11, que diz:

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021). **Assertiva errada.**

- b) A alternativa está parcialmente correta. Seu erro foi afirmar que Andressa se sujeitará a perda de função pública, visto que, essa pena não se encontra no caso de atentado aos princípios da administração pública, como podemos verificar aqui:

III - na hipótese do art. 11 (atentado aos princípios) desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo

não superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). **Assertiva errada.**

- c) Alternativa errada, pois Andressa praticou sim atentado aos princípios mesmo que tenha realizado licitação dentro da legalidade, pois usou o dinheiro do erário para se enaltecer, como informa o inciso XII do Art. 11, que diz:

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021). **Assertiva errada.**

- d) Alternativa correta. Andressa atentou contra os princípios da administração pública praticando com recursos do erário, ato de publicidade de forma a fim de se promover, como consta no inciso XII do Art. 11, que diz:

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021). **Assertiva correta.**

- e) A alternativa está parcialmente correta. Seu erro foi afirmar que Andressa se sujeitará a suspensão dos direitos políticos, visto que, essa pena não se encontra no caso de atentado aos princípios da administração pública, como podemos verificar aqui:

III - na hipótese do art. 11 (atentado aos princípios) desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa

jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). **Assertiva errada.**

34. Maria Eduarda, Governadora do Estado de Goiás, a partir de profunda análise de dados, constatou o aumento expressivo do garimpo ilegal na região de Alto Paraíso. Assim sendo, consultou a assessoria jurídica sobre a sua vontade de criar um ente da Administração Pública indireta, que ajudasse na fiscalização da localidade, atuando em parceria com o IBAMA. Essa entidade teria personalidade jurídica de direito público, incumbida da execução de atividades típicas da Administração Pública. A assessoria respondeu, corretamente, que o ente com essas características é a:

- a) subsidiária de empresa pública, devendo ser criada por decreto;
- b) empresa pública, devendo ser criada a partir de autorização legal;
- c) sociedade de economia mista, devendo ser criada por lei;
- d) fundação pública, devendo ser criada por decreto;
- e) autarquia, devendo ser criada por lei.

Gabarito: E

Comentário:

- a) A alternativa está errada, visto que, para a criação de subsidiárias, **não existe a necessidade de decreto, mas somente autorização legislativa** (qualquer espécie legislativa). Além disso, empresas públicas são pessoas jurídicas de **Direito Privado**. **Assertiva incorreta.**
- b) As empresas públicas são pessoas jurídicas de **Direito Privado**. Isto torna a alternativa errada. **Assertiva incorreta.**
- c) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de **Direito Privado**. Isto torna a alternativa errada. **Assertiva incorreta.**
- d) Alternativa está errada, pois as Fundações Públicas são **criadas por lei ou em virtude de**

autorização legislativa, e não decreto como afirma. **Assertiva incorreta.**

- e) A alternativa está correta, visto que, as autarquias possuem **personalidade jurídica de Direito Público** e integram a Administração Indireta e Descentralizada, **sendo criadas por lei específica para o exercício de funções administrativas típicas de Estado**, tais como previdência e assistência social (INSS), polícia administrativa (IBAMA), regulação de determinados setores da economia (Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários - CVM), assistência social (INCRA) e até mesmo atuação na área de saúde, em situações excepcionais. Assim, não resta dúvida que a autarquia é a opção indicada pro caso. **Assertiva correta.**

35. A capital Goiânia-GO, na data 22/04/2022, adotara a medida de quarentena para o enfrentamento de emergência de saúde pública no combate ao novo vírus 3TY-47. A medida, que causara indignação a algumas pessoas e comerciantes, consistia no impedimento de atividades e no afastamento de civis suspeitos de contaminação, dessa forma, restringindo a possível difusão do vírus. A norma tinha base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde feitas pelo comitê técnico estadual.

No caso fictício em tela, a quarentena foi embasada no chamado poder administrativo:

- a) regulamentar;
- b) restritivo;
- c) disciplinar;
- d) hierárquico;
- e) de polícia.

Gabarito: E

Comentário:

- a) Alternativa errônea. O professor Diógenes Gasparini afirma que o poder regulamentar consiste “na **atribuição privativa do chefe do**

Poder Executivo para, mediante decreto, **expedir atos normativos**, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la”. Não há, na situação descrita, um ato destinado a regulamentar lei. **Assertiva incorreta.**

b) Inexiste poder restritivo, portanto errada.

Assertiva incorreta.

c) A alternativa está equivocada, pois o poder disciplinar consiste na prerrogativa assegurada à Administração Pública de **apurar infrações funcionais dos servidores públicos** e demais **pessoas submetidas à disciplina administrativa**, bem como aplicar penalidades após o respectivo processo administrativo, caso seja cabível e necessário. Desse modo, nota-se que o conceito de poder disciplinar não se enquadra no enunciado.

Assertiva incorreta.

d) A alternativa está errada, visto que, segundo Hely Lopes Meirelles, “poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e **escalonar as funções de seus órgãos**, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal”. Portanto, a partir da leitura do conceito de poder hierárquico, percebe-se que ele não se encaixa no caso em tela. **Assertiva incorreta.**

e) A alternativa está correta, visto que, o poder de polícia fundamenta-se no princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, objetivando **impedir que particulares pratiquem atos nocivos ao interesse público** nas áreas de **higiene, saúde**, meio ambiente, **segurança pública**, profissões, trânsito, entre outros. Ou seja, o poder de polícia como atividade estatal tem por objetivo limitar e condicionar o exercício de direitos e atividades, assim como o gozo e uso de bens particulares em prol do interesse da coletividade.

Assertiva correta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. O inciso XV do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Conforme classificação de José Afonso da Silva quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, o inciso citado é norma constitucional de

a) eficácia contida.

b) eficácia plena.

c) eficácia limitada.

d) eficácia absoluta.

e) eficácia programática.

Gabarito: A

Comentário: Segundo orientação de José Afonso da Silva, conforme a aplicabilidade, as normas constitucionais podem ser classificadas da seguinte forma: 1) plena (aquela que tem aplicabilidade direta, imediata e integral); 2) contida (aquela que embora tenha aplicabilidade direta e imediata, seu alcance poderá ser reduzido por lei ou por outra norma constitucional); 3) limitada (aquela que tem aplicabilidade mediata e indireta, dependendo de regulamentação de lei infraconstitucional); 4) programática (aquela que depende da realidade socioeconômica do Estado para ser integralmente cumprida). O dispositivo constitucional sob análise prescreve a liberdade de locomoção, mas o alcance de tal liberdade poderá ser reduzido por lei, de modo que a norma tem eficácia contida.

37. Acerca do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

a) A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

- b) No âmbito estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do Tribunal, encaminha a proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, ao Poder Executivo. Caso a proposta não seja enviada no prazo legal, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.
- c) Os Estados que quiserem, mediante proposta do Tribunal de Justiça, por meio de lei, poderão criar a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar.
- d) Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual e do Distrito Federal e Territórios, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

Gabarito: B

Letra a: errada. A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos TRFs, TJs (art. 94 da CF/88) e Tribunais do Trabalho (arts. 111^a e 115 da CF/88). Não há quinto constitucional no STJ, há terço constitucional.

Letra b: certa. O artigo 99 da Constituição Federal assegura autonomia financeira ao Poder Judiciário, de modo que os tribunais elaboram suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. Se houver perda de prazo, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.

Letra c: errada. Nos termos do artigo 125, § 3º, da CF/88, a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar

estadual, nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

Letra d: errada. Consoante redação do artigo 96, III, da CF/88, compete aos Tribunais de Justiça, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual, nos crimes comuns e de responsabilidade. Os membros do MPDFT são julgados por Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/88).

Letra e: errada. A competência para processar e julgar crime político é de juiz federal. O STF julga recurso ordinário no crime político (art. 102, II, b, da CF/88).

38. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.
- c) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito.
- d) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- e) Os cargos de Ministro de Estado, Oficiais das Forças Armadas e os da Carreira Diplomática só podem ser ocupados por brasileiros natos.

Gabarito: A**Comentário:**

- a) Certa. Nos termos do artigo 8º, III, da Constituição Federal, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e

- interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.”
- b) Errada. Apenas os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (artigo 5º, parágrafo 3º, da CRFB/88).
- c) Errada. A exigência de desincompatibilização é só para os titulares de mandatos no Executivo (artigo 14, § 6º, da CRFB/88).
- d) Errada. Os partidos políticos têm personalidade jurídica de direito privado, adquirida na forma da lei civil (artigo 17 da CRFB/88).
- e) Errada. Conforme artigo 12, § 3º, da CF/88, o único Ministro de Estado que deve ser brasileiro nato é o da Defesa.
- 39.** A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.
- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal
- e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- Gabarito: E**
- Comentário:**
- Letra a:** errada. A alternativa apresenta uma competência da Câmara dos Deputados e erroneamente a atribui ao Senado Federal (art. 51, II, da CF/88).
- Letra b:** errada. A competência para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República por crime de responsabilidade é do Senado Federal (artigo 52, I, da CF/88).
- Letra c:** errada. A alternativa na verdade apresenta uma competência da Câmara dos Deputados, prevista no inciso I do art. 51 da Constituição Federal.
- Letra d:** errada. De acordo com o inciso II do art. 84 da Constituição Federal, o Presidente exercerá a direção superior da administração federal com o auxílio dos Ministros de Estado e não do Senado.
- Letra e:** certa. Desde que não implique aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos, a Constituição permite que o Presidente possa dispor mediante decreto sobre organização e funcionamento da administração federal (artigo 84, VI).
- 40.** A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:
- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

Gabarito: C

Comentário:

Letra a: certa. A Constituição Federal prescreve que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a lei orçamentária (artigo 85, VI, da CRFB/88).

Letra b: certa. O artigo 86 da Constituição Federal dispõe que “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.”

Letra c: errada. Nos termos do artigo 86, § 1º, da Constituição Federal, o Presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal. Não basta a Câmara admitir a acusação, porque a denúncia pode não ser recebida pelo Supremo Tribunal Federal.

Letra d: certa. O § 3º do artigo 86 da Constituição Federal dispõe que “enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.”

Letra e: certa. A imunidade formal do Presidente da República se dá em decorrência da condição de Chefe de Estado, razão pela qual não pode ser

estendida a Governadores e nem a Prefeitos (artigo 86, § 4º, da Constituição Federal).

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Com o advento da reforma trabalhista promovida pela Lei 13.467/2017, deixaram de ser computadas como jornada extraordinária as variações de jornada em que o empregado adentra ou permanece dentro da empresa exercendo determinadas atividades. Nessa senda, será computado como tempo à disposição do empregador o lapso temporal relacionado a:

- a) atividades de relacionamento social, quando não ultrapassar 10 minutos diários.
- b) descanso.
- c) estudo, quando ultrapassar 10 minutos diários.
- d) troca de roupa quando houver obrigatoriedade de se realizá-la na empresa e esta ultrapassar 5 minutos.
- e) higiene pessoal.

Gabarito: D

Comentário: Abaixo destacamos o §2º do art. 4º que foi inserido na CLT por meio da Lei 13.467/2017:

CLT, art. 4º, § 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação [variações no registro de até 5 minutos e 10 minutos diários], quando o empregado, por escolha própria, **buscar proteção pessoal**, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou **permanecer nas dependências da empresa** para **exercer atividades particulares**, entre outras:

I - práticas religiosas;

II - descanso;

III - lazer;

IV - estudo;

V - alimentação;

VI - atividades de relacionamento social;

VII - higiene pessoal;

VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

Percebam, portanto, que o tempo destinado à troca de roupa dentro da empresa passa a ser considerada tempo à disposição do empregador a partir do momento em que for criada a obrigatoriedade de sua realização na empresa.

42. NÃO tem caráter salarial a seguinte parcela ou utilidade:

a) moradia para o empregado.

b) gratificações legais.

c) reembolso de despesas com medicamentos e óculos em favor do empregado.

d) combustível para teletrabalhador.

e) comissões.

Gabarito: C

Comentário: A CLT retirou expressamente de algumas utilidades a condição de salário-utilidade, inclusive do reembolso por despesas médicas:

CLT, art. 458, § 5º O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9º do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Todas as demais alternativas listam utilidades ou parcelas nitidamente salariais.

43. No que tange à concessão de férias, julgue os itens abaixo:

I. O prazo para pagamento das férias é até dois dias antes do início do respectivo período.

II. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por exatos 6 (seis) meses.

III. Para fins de férias, será considerada falta justificada a ausência a que a empresa não tiver determinado o desconto do correspondente salário.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I.

c) II.

d) III.

e) nenhum dos itens.

Gabarito: A

Comentário: Vamos às assertivas!

Assertiva I (correta):

O prazo para pagamento das férias, conforme definido na CLT, é **até 2 (dois) dias antes do início** das mesmas:

CLT, art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados **até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.**

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

Assertiva II (incorreta):

A CLT traz, no seu artigo 133, os casos em que o empregado perde o direito às férias. Neste caso, o

empregado teria que gozar do benefício previdenciário por **mais** de 6 meses:

CLT, art. 133 - **Não terá direito a férias** o empregado que, no curso do período aquisitivo: (..)

IV - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

Assertiva III (correta):

Para definir o que representa falta justificada para fins de férias, a CLT enumerou, no artigo 131, quais seriam essas ausências **justificadas**. Uma dessas hipóteses é a contida na assertiva, transcrita abaixo:

CLT, art. 131 - **Não** será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado: (..)

IV - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário;

44. Em relação à gratificação natalina, julgue os itens a seguir:

I. A despeito de a gratificação natalina ser adiantada, à razão de 50%, entre os meses de fevereiro a novembro de cada ano, o empregador não é obrigado a pagar tal adiantamento no mesmo mês a todos os empregados.

II. A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em novembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

III. A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

Gabarito: A

Comentário: Vamos às assertivas!

Assertiva I (correta):

Quanto às condições temporais sobre o pagamento do décimo terceiro salário, a lei 4.749/65 [dispõe sobre o pagamento do 13º] determina que:

Lei 4.749/65, art. 1º - A gratificação salarial instituída pela Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo empregador **até o dia 20 de dezembro de cada ano**, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido na forma do artigo seguinte.

Art. 2º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como **adiantamento** da gratificação referida no artigo precedente, de uma só vez, **metade** do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 1º - O empregador **não** estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 2º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Assertiva II (incorreta):

Toma-se por base a remuneração de dezembro:

Lei 4.090/62, art. 1º, § 1º - A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

Assertiva III (correta):

No que tange à relação entre 13º e o adicional de horas extraordinárias (habitualmente prestadas), o TST entende que este compõe a base de cálculo daquele:

SUM-45 SERVIÇO SUPLEMENTAR

A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090, de 13.07.1962.

45. No que se refere às fontes de Direito do Trabalho, julgue os itens abaixo de acordo com os entendimentos doutrinários majoritários:

- (I) Constituem fontes formais do Direito do Trabalho a CLT, a Constituição Federal e as sentenças normativas.
- (II) As greves deflagradas pelos trabalhadores constituem fontes materiais do Direito do Trabalho.
- (III) Súmulas editadas pelo Tribunal Superior do Trabalho podem criar obrigações não previstas em lei, desde que tenham relação direta com a proteção ao trabalhador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

Gabarito: A

Comentário:

Assertiva I (correta):

As fontes **formais** do direito do trabalho se enquadram como tal em vista de sua exteriorização na ordem jurídica na forma de Constituição, emenda à Constituição, lei, decreto, etc.

Assim, fontes formais são¹ “os mecanismos exteriores e estilizados pelos quais as normas ingressam, instauram-se e cristalizam-se na ordem jurídica”.

¹DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 139.

Em relação aos exemplos citados na assertiva, observamos que todos são considerados fontes formais. Além disso, podemos dizer que “leis, decretos, sentenças normativas, laudos arbitrais e usos e costumes” são fontes heterônomas, ao passo que “convenções e acordos coletivos do trabalho” são fontes autônomas.

Assertiva II (correta):

É isso mesmo, os dois exemplos mencionados caracterizam fatores que influenciam a atuação do

legislador, embora ainda não tenham ganhado forma no mundo jurídico.

Assertiva III (incorreta):

Incorreto, pois tais enunciados não podem tampouco criar obrigações não previstas em lei, mesmo que no intuito de proteger o trabalhador:

CLT, art. 8º, § 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

46. Henrique, empregado da empresa Guaratuba Beach Ltda., tem laborado das 9hs às 17hs, de segunda a sexta-feira, usufruindo de apenas 20 minutos de intervalo para repouso. Neste caso, considerando o regramento celetista, é correto afirmar que o empregado terá direito:

- a) ao pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido de 40 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- b) ao pagamento, de natureza salarial, do período suprimido de 40 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- c) ao pagamento de duas horas extras diárias, em razão da extrapolação da jornada para trabalhadores empregados em atividades de turnos ininterruptos de revezamento.
- d) ao pagamento de uma hora extra diária, em razão de estar laborando sem o necessário descanso intrajornada.
- e) ao pagamento de quinze minutos diários, a título de jornada extraordinária, em razão de estar laborando sem o necessário descanso intrajornada.

Gabarito: A

Comentário: A questão cobra o disposto na seguinte regra legal:

CTL, art. 71, § 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Então, neste caso, como o empregado labora mais de 6 horas diárias e não houve a concessão do intervalo, ele fará jus ao recebimento de uma indenização relativa à 40 minutos, com acréscimo de 50%.

47. Em relação às regras celetistas relativas ao controle de jornada, é correto afirmar que:

- a) Para todo estabelecimento que admita trabalhadores como empregados é obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.
- b) Para estabelecimentos com mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.
- c) Todo teletrabalhador está excluído das regras celetistas relacionadas à duração do trabalho.
- d) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, estabelecido mediante negociação coletiva, em qualquer caso.
- e) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Gabarito: E

Comentário: As **alternativas (A) e (B)** estão incorretas, pois tal exigência aplica-se a

estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores:

CLT, art. 74, § 2º Para os estabelecimentos com mais de **20 (vinte) trabalhadores** será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a pré-assinalação do período de repouso.

A **alternativa (C)** está incorreta, pois a exclusão vale apenas para os teletrabalhadores por produção ou tarefa:

CLT, art. 62. Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: (..)

III - os empregados em regime de teletrabalho que prestam serviço por produção ou tarefa.

A **alternativa (D)** está incorreta e a **alternativa (E)** está correta, com fundamento na seguinte regra:

CLT, art. 74, § 4º Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante **acordo individual escrito**, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

48. Assinale a circunstância que impede a ocorrência de equiparação salarial:

- a) contemporaneidade no exercício da função com o empregado paradigma.
- b) diferença de tempo na função de 1 ano com o empregado paradigma.
- c) diferença de tempo no emprego de menos de 4 anos em relação ao empregado paradigma.
- d) paradigma em readaptação funcional por motivo de deficiência física.
- e) trabalho feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica.

Gabarito: D

Comentário: Esta questão cobrou a seguinte regra celetista:

CLT, art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo

empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, as promoções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º - O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

Vejam que, à exceção da circunstância mencionada na **alternativa (D)**, as demais alternativas todas mencionam circunstâncias que não impedem a equiparação salarial.

49. O empregador terá o prazo de I para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, sendo que o empregador que infringir tal regra ficará sujeito a multa no valor de II por empregado

prejudicado e de III no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

De acordo com o que prevê a CLT, as lacunas acima são corretamente preenchidas pela seguinte sequência:

- a) 48 horas / R\$ 3.000,00 / R\$ 1.500,00 .
- b) 5 dias corridos / R\$ 3.000,00 / R\$ 1.500,00 .
- c) 5 dias úteis / R\$ 3.000,00 / R\$ 800,00.
- d) 5 dias úteis / R\$ 3.000,00 / R\$ 1.500,00.
- e) 5 dias / R\$ 2.000,00 / R\$ 1.000,00 .

Gabarito: C

Comentário: A questão cobrou o seguinte trecho da CLT:

Art. 29. O empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.

(..)

Art. 29-A. O empregador que infringir o disposto no caput e no § 1º do art. 29 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado prejudicado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

§ 1º No caso de microempresa ou de empresa de pequeno porte, o valor final da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado prejudicado.

50. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda de requisito legal para exercício de profissão em decorrência de conduta culposa do empregado.
- b) mau procedimento, caracterizado como a conduta contrária à lei.

- c) ato de indisciplina, o qual consiste no desrespeito a ordens dirigidas especificamente ao trabalhador.
- d) ato de insubordinação, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- e) abandono de emprego, presumido se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

Gabarito: E

Comentário: Questão que cobrou detalhes das hipóteses de falta grave previstas no art. 482 da CLT.

A **letra (A)** está incorreta, já que exige-se que a perda tenha decorrido de conduta dolosa do empregado:

Art. 482, m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.

A **letra (B)** está incorreta. É o ato de improbidade que consiste em conduta contrária à lei (e não à moral, como no caso do mau procedimento):

Art. 482, a) ato de improbidade;

As **letras (C)** e a **(D)**, incorretas, pois o ato de indisciplina representa o descumprimento a preceitos gerais, enquanto a insubordinação caracteriza o descumprimento de ordens específicas:

Art. 482, h) ato de indisciplina ou de insubordinação;

Art. 482, f) embriaguez habitual ou em serviço;

A **letra (E)** está correta:

CLT, art. 482, i) abandono de emprego;

SUM-32 ABANDONO DE EMPREGO

Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

51. Lacombe cita em seu livro de Administração que a essência do papel do administrador é obter resultados pelo desempenho da equipe que coordena, com vistas à harmonização do trabalho executado, utilizando-se de mecanismos formais e informais, denominado:

- a) avaliação de resultados, aplicada nos níveis gerenciais, táticos e operacionais.
- b) correção de desvios, objetivando o atingimento de metas estratégicas.
- c) ajuste espontâneo, realizado de forma coordenada e voluntária entre os membros da organização.
- d) medição e correção do desempenho de subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos.
- e) comunicação, considerada, atualmente, a essência da atuação do administrador, exercida, precipuamente, no âmbito externo da organização.

Gabarito: C**Comentário:**

- a) Errado. A avaliação de resultados está relacionada à função de controle.
- b) Errado. A correção de desvios é realizada pela função de controle.
- c) Certo. O ajuste espontâneo é um mecanismo de coordenação que harmoniza o trabalho realizado.
- d) Errado. A medição e correção do desempenho são realizadas pela função controle.
- e) Errado. A comunicação não é um mecanismo de harmonização. É a função do administrador realizada no âmbito do mecanismo de ajuste espontâneo, para promover resultados.

52. No processo de comunicação interpessoal, alguns ruídos podem surgir dificultando o

entendimento da mensagem nas organizações públicas, a exemplo daqueles provenientes do padrão burocrático de gestão, que para serem reduzidos é recomendável que:

- a) a organização invista em novas tecnologias de informação.
- b) a organização incentive os fluxos descendentes de informação
- c) a organização concentre o fluxo oficial pela rede intranet.
- d) a organização fortaleça os fluxos horizontais de informação
- e) a organização elimine os fluxos informais de informação.

Gabarito: D

Comentário:

- a) Errado. As novas tecnologias não evitam ruídos de hierarquia e formalismo, por exemplo, que são próprios do padrão burocrático de gestão.
- b) Errado. Os fluxos descendentes ocorrem entre o superior e o subordinado e o fato de ser incentivado não reduz os ruídos.
- c) Errado. O fluxo oficial pode gerar ansiedade, dúvida, pelo não entendimento da mensagem.
- d) Certo. Os fluxos horizontais de informação promovem maior coordenação e ajustes entre os interessados e independe de hierarquia.
- e) Errado. Os fluxos informais devem ser incentivados, pois complementam os fluxos formais, muitas vezes promovendo redução de ruídos pelo não entendimento da mensagem formal.

53. O planejamento estratégico é um processo que determina os objetivos estratégicos a serem alcançados no longo prazo, hierarquizando-os numa relação de causa e efeito a partir das perspectivas:

- a) da eficiência, eficácia, efetividade.

- b) de produção, recursos humanos, marketing e tecnologia.
- c) da definição da missão, visão e valores.
- d) financeira, cliente, processo interno e aprendizado e crescimento.
- e) estratégica, tática e gerenciais.

Gabarito: D

Comentário:

- a) Errado. A eficiência, eficácia, efetividade são dimensões de resultados e não são hierarquizadas, nem tampouco apresentam relação de causa e efeito.
- b) Errado. Produção, recursos humanos, marketing e tecnologia são áreas ou unidades organizacionais.
- c) Errado. A missão, visão e valores definem a identidade estratégica, não são hierarquizadas e não possuem relação de causa e efeito.
- d) Certo. As perspectivas financeira, cliente, processo interno e aprendizado e crescimento são construídas no âmbito do Balanced ScoreCard, um instrumento de acompanhamento do planejamento estratégico, que comunica a relação de causa e efeito entre as perspectivas.
- e) Errado. Os níveis são estratégico, tático e operacional.

54. Segundo Fayol, as organizações devem se reger por princípios básicos que determinam seu modelo de estrutura. O princípio no qual um empregado deve receber ordens de apenas um superior e deve existir uma linha de autoridade que parte do principal executivo até os níveis mais inferiores são denominados, respectivamente de:

- a) unidade de direção e divisão de trabalho
- b) unidade de direção e descentralização
- c) unidade de direção e cadeia escalar
- d) unidade de comando e descentralização
- e) unidade de comando e cadeia escalar

Gabarito: E

Comentário:

- a) Errado. Unidade de direção significa que o chefe terá uma única direção; a divisão de trabalho demonstra o grau de especialização na distribuição do trabalho.
- b) Errado. Unidade de direção significa que o chefe terá uma única direção; a descentralização envolve a diluição do poder ao longo da estrutura organizacional.
- c) Errado. Unidade de direção significa que o chefe terá uma única direção; a cadeia escalar envolve a linha que vai do alto executivo até o nível mais inferior, mostrando quem manda em quem.
- d) Errado. Unidade de comando, sim, significa que um empregado deve receber ordens de apenas um superior; descentralização, por sua vez, significa a distribuição de poder ao longo da estrutura.
- e) Certo. A unidade de comando significa que um empregado deve receber ordens de apenas um superior; a cadeia escalar é representada pela linha de autoridade que parte do principal executivo até os níveis inferiores da hierarquia.

55. Quando se trata de gestão por projeto, uma ferramenta muito utilizada é a rede PERT/CPM, que indica o tempo de um projeto e o caminho crítico. Este último representa:

- a) o caminho composto por uma atividade que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.

Gabarito: C

Comentário:

- a) Errado. O caminho crítico não tem nada a ver com atividades que impedem que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) Errado. O caminho crítico contempla o caminho mais longo de atividades, com o maior tempo de realização.
- c) Certo. As atividades do caminho crítico são as de maior tempo de duração e, em sendo assim, representam o menor tempo possível de realização do projeto como um todo.
- d) Errado. As atividades são as de maior tempo e, de fato, representam a menor duração do projeto.
- e) Errado. As atividades são de maior tempo, mas que representam a menor duração de um projeto.

56. O Guia de Gestão de processo do Governo na visão da SDPS - *Society for Design and Process Science* - descreve o nível de maturidade no qual as instituições públicas são avaliadas de acordo com as práticas de gestão de processos, sendo que:

- a) no nível 1, modelados, os processos são realizados conforme os modelos desenhados, permitindo novas adequações.
- b) no nível 2, padronizados, os processos são executados de maneira ad hoc.
- c) no nível 3, emulados, o desempenho dos processos é gerenciado estatisticamente durante a execução de todo o workflow.
- d) no nível 4, simulados, os processos são realizados depois de padronizado e emulado.
- e) no nível 5, interoperado, os processos são integrados a outros processos externos, geridos além das fronteiras organizacionais.

Gabarito: E

Comentário:

- a) Errado. O nível 1, processos modelados, são aqueles devidamente identificados.

- b) Errado. O nível 2, processos simulados, são aqueles no qual se introduz dados estimados para análise.
- c) Errado. O nível 3, processos emulados, são aqueles nos quais os dados da realidade são comparados aos dados estimados.
- d) Errado. O nível 4, processos encenados, são aqueles realizados conforme desenho, simulação e emulação.
- e) Certo. O nível 5, processos interoperados, são aqueles geridos além das fronteiras organizacionais.

57. Na visão moderna, os métodos de avaliação de desempenho são utilizados para avaliar o alcance dos objetivos individuais atrelados aos objetivos organizacionais. Nesse caso, um dos métodos mais completos que consiste numa entrevista inicial para avaliar os fatores que afetaram positiva ou negativamente o resultado final, seguido de uma entrevista complementar para obtenção de mais informações com vista à realização de um planejamento e acompanhamento dos resultados é denominado:

- a) escalas gráficas.
- b) pesquisa de campo.
- c) listas de verificação.
- d) escolha forçada.
- e) método dos incidentes críticos.

Gabarito: B

Comentário:

- a) Errado. O método das escalas gráficas é constituído de uma tabela de dupla entrada, composta de fatores de desempenho, de um lado, e a pontuação a ser atribuída de 01 a 05, de outro.
- b) Certo. A pesquisa de campo é o mais completo dos métodos, composto de uma avaliação preliminar, seguida de uma avaliação complementar, um planejamento de ações para melhorar o desempenho e o acompanhamento das ações.

- c) Errado. A lista de verificação é uma simplificação das escalas gráficas.
- d) Errado. A escolha forçada é formada de frases descritivas, em blocos, nos quais deve-se escolher algumas frases que representem o desempenho, conforme comando do método.
- e) Errado. Os incidentes críticos são utilizados para descrever frases excepcionalmente positivas ou negativas, sem avaliar o que é normal.

58. Sobre motivação, considere as seguintes afirmativas:

- I. A teoria da expectativa, criada por Vroom, defende que as pessoas são motivadas por realização, poder e afiliação.
- II. McClelland, afirma que as pessoas são motivadas por necessidades adquiridas quando acreditam que podem realizar uma tarefa e que as recompensas dela advindas valem o esforço.
- III. Objetivos atingíveis, difíceis e aceitos motivam os funcionários a terem um comportamento dirigido ao alcance do objetivo almejado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e III

Gabarito: D

Comentário:

- I – Errado. A teoria da expectativa foi criada por Vroom, mas defende que as pessoas são motivadas por recompensas valorizadas por elas, que devem estar alinhadas com as recompensas oferecidas pela organização.
- II – Errado. A teoria das necessidades adquiridas de McClelland defende que as pessoas são motivadas por necessidades precípuas, como afiliação, poder e realização.

III – Certo. A teoria da definição de objetivos de Locke defende que objetivos atingíveis, difíceis e aceitos levam às pessoas aos melhores desempenhos.

59. Acerca do paradigma pós-burocrático e a gestão por resultados, considere:

I – Em meados dos anos 90 houve flexibilização do modelo de gestão e ruptura com o modelo burocrático de gestão.

II – As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, baseadas na participação, confiança e compromisso.

III – O modelo pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, baseados no consenso e no personalismo de interesses.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e II

Gabarito: C

Comentário:

I – Errado. Não houve ruptura com o modelo burocrático. Ao contrário, no Núcleo estratégico de Estado o modelo burocrático ainda é apregoadado.

II – Certo. As organizações que adotam o modelo gerencial, voltado para resultados defendem uma cultura de participação, confiança, colaboração e compromisso na busca de soluções e resolução de conflitos.

III – Errado. Personalismo de interesses significa aquilo pessoal, subjetivo e individual. Os interesses no modelo pós-burocrático devem se voltar para atender às necessidades de todos e não para critérios pessoais.

60. Herbert Simon aponta que o processo decisório no âmbito das organizações pode ocorrer por dois tipos de decisões:

- a) programadas, que refletem o comportamento padrão da organização; e inovadoras, decorrentes de processo de construção coletiva.
- b) autocráticas, tomadas pelo gestor sem participação dos envolvidos; e participativas, decorrentes de processo de construção coletiva.
- c) individuais, tomadas pelo responsável pela solução de um problema isolado;
- a) consensuais, que refletem o consenso na organização;
- d) programadas, tomadas por meio de um conjunto de normas preestabelecidas; as não programadas, que não comportam soluções padronizadas.
- e) consultivas, que envolvem a participação de funcionários da organização; e autônomas, que envolvem um único indivíduo da organização.

Gabarito: D

Comentário:

- a) Errado. Decisões programadas são padronizadas, mas decisões inovadoras não são necessariamente decorrentes de processo de construção coletiva.
- b) Errado. As definições dos tipos de decisão podem estar corretas, mas esses não são os tipos de decisão apontados por Simon.
- c) Errado. As definições dos tipos de decisão podem estar corretas, mas esses não são os tipos de decisão apontados por Simon.
- d) Certo. As decisões programadas são aquelas que estão no acervo de soluções da organização; as não programadas não possuem soluções previamente definidas.
- e) Errado. Não são tipos de decisão defendidos por Simon.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>